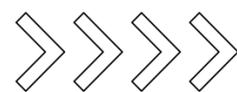


REFORMA ADMINISTRATIVA

PROPOSTA DOS DEPUTADOS PEDRO PAULO E ZÉ TROVÃO (2º SEMESTRE/2025)



Guia da apresentação

01 Como chegamos até aqui?

02 Eixos da Reforma

03 Eixos de Crítica à reforma

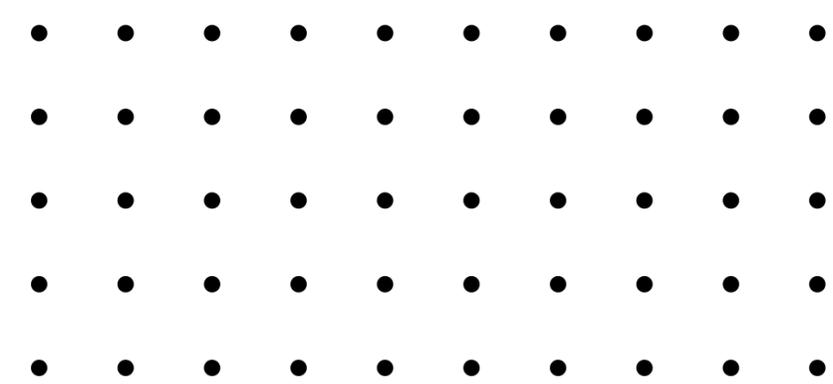
04 Meritocracia e redução da democracia

05 Redução de direitos dos servidores públicos (atuais e futuros)

06 Reforma Fiscalista

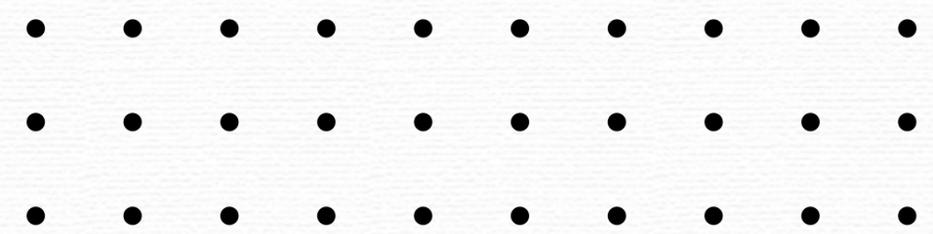
08 Reestruturação das carreiras

Como chegamos até aqui



01 1998- 2025
Flexibilização RJU- EC
19 e ADI 2135

03 2020-2022
Governo Bolsonaro
PEC 32/2020



02 2017-2019
Reforma Trabalhista
Reforma
Previdenciária

04 2023-2025
Governo Lula- MGI e
reformas infralegais
MP 1286/24
GT Câmara dos
Deputados

Eixos da Reforma

Estratégia, Governança e Gestão

Elaboração de um Plano Estratégico; Acordo de Resultados; Bônus de Resultado; Súmulas vinculantes do TCU; Revisão de gastos (Spending Review); Comitê Permanente; Implementação de centros/sistemas de custos; Parâmetros da União; Conselho de gestão fiscal; Limitação de despesas de poderes e órgãos autônomos; “Racionalização” da estrutura administrativa municipal; Juiz será obrigado a considerar o impacto orçamentário de sua decisão.

Transformação Digital

Plano estratégico de digitalização, com validade de 10 anos; Avaliação dos serviços públicos de forma digital por usuários; Parâmetros normativos para caracterização de omissão dolosa ou erro grosseiro; Identificação Digital Única; GOV.BR

Extinção de Privilégios

Fim das férias superiores de 30 dias; Veda o pagamento adicional de férias acima de $\frac{1}{3}$ do salário; Impede que seja dado adicionais, progressões e licenças só por tempo de serviço; Fim da criação de novos salários ou benefícios sem aprovação do Congresso; Proíbe folgas como forma de compensar excesso de trabalho; Veda a trocar folgas ou férias por dinheiro; Proíbe o pagamento de adicionais de perigo ou insalubridade para “quem não trabalha com efetiva exposição a fatores de risco”, Fim da extensão de Direitos, Benefícios ou Vantagens: direitos específicos de uma carreira não poderão se estender para outra, mesmo sob argumento de simetria constitucional ou paridade;

Profissionalização

Redução no número de carreiras com transversalidade; Mínimo de 20 níveis de progressão e salário inicial limitado a 50% do final; SÍDEC; Fim da Progressão exclusivamente por tempo de serviço;

Tabela Remuneratória Unificada;

CNU; Cargos comissionados: percentual máximo de 5% e divididos em estratégicos, táticos e operacionais; Regulação Nacional de Temporários (licença maternidade e estabilidade); Agentes terceirizados;

Home-office: 1 dia na semana, com limite de 20% do órgão; Preferência na obtenção de teletrabalho: vítimas de violência doméstica;

Reserva de vagas em cargos comissionados para mulheres (mínimo 30%)

Eixo Crítico

Quem elaborou essa reforma?

Membros do GT não concordam com o conteúdo do relatório

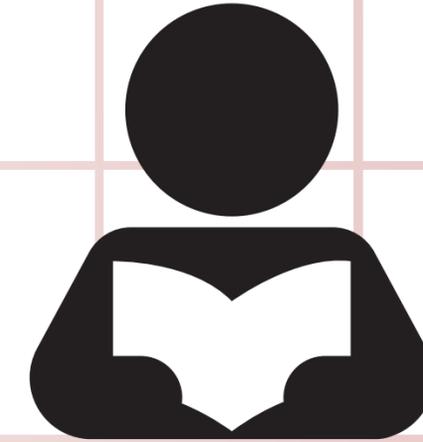
Modelo de gestão orientado para resultados-
Meritocracia- transf. da governança ao servidor

Reduz poder político do Executivo - Pacto federativo



ao não levarem devidamente em consideração o potencial desigualizador da meritocracia. Ao argumentarem que o crescimento da desigualdade decorre, sobretudo, de um conjunto de trapagens institucionalizadas, engendradas pelo sistema tributário, assim como pelas inúmeras inovações da indústria financeira — com a contribuição dos grandes escritórios transnacionais de advocacia (como descreve o excelente livro de *The Code of Capital* [O código do capital], de Katharina Pistor) e das empresas transnacionais de consultoria e contabilidade —, estão implicitamente reivindicando que o defeito do sistema é não ser meritocrático o suficiente. Caso o sistema fosse reformado, com a remoção das trapagens entrenchadas em suas instituições, tornando-se mais meritocrático, a distribuição desigual de riqueza, renda e posições poderia ser justificada moralmente.

É nesse ponto que o argumento central deste livro, empiricamente comprovado pela avalanche de dados apresentada por Daniel Markovits, ganha enorme força e relevância teórica. Para o autor, a meritocracia não se limita apenas a um regime que promove o aumento e a reprodução da desigualdade. A meritocracia consiste também em um manto de natureza ideológica, na medida em que torna socialmente aceitável a acumulação de prestígio, status e riqueza pelas elites que dominam suas regras, restando aos derrotados no jogo meritocrático se conformar com a própria incompetência. Afinal, como se insurgir legitimamente contra um sistema pautado no mérito? Se o critério escolhido para determinar quem ganha e quem perde o jogo é justo, não havendo trapagem, o resultado terá que ser aceito por todos. Ao tratar a meritocracia não apenas como regime institucional e econômico que gera desigualdade, mas como ideologia que busca justificar moralmente a distribuição desigual de riqueza, status e



Desmistificando a trapagem!

Redução de Direitos

-Férias

-Home Office

Redução de direitos dos servidores públicos;

A) Restrição de quaisquer direitos não previstos em lei nacional, como folgas, licenças e vantagens;

B) Vedação ao pagamento retroativo de verbas remuneratórias ou indenizatórias;

C) Tabela única com riscos de “congelamentos” salariais – sem aumento de despesas;

D) Estágio probatório com avaliações mais rígidas;

Critérios meritocráticos na avaliação de desempenho – SIDEAC;

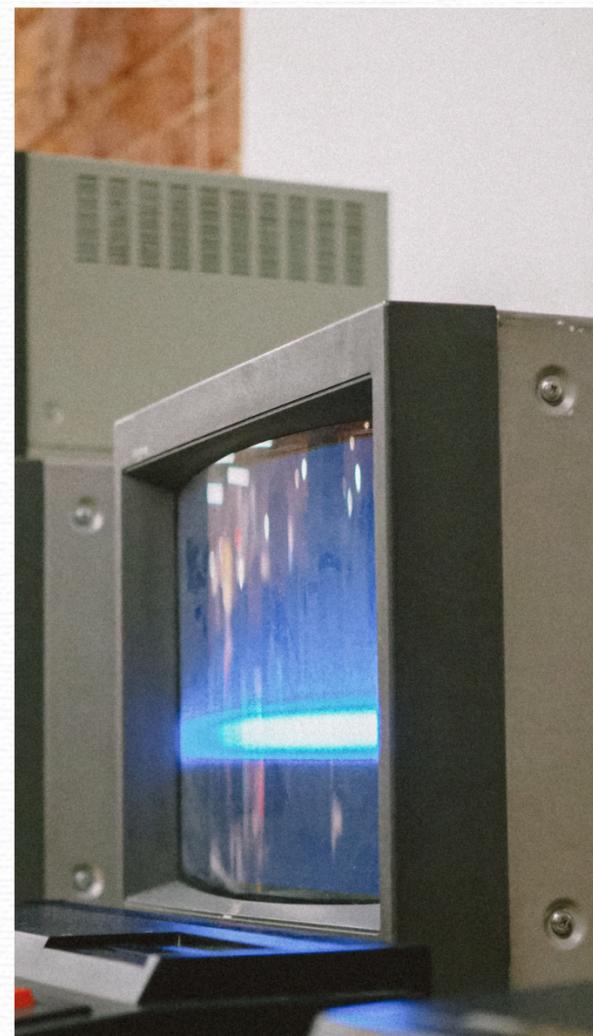
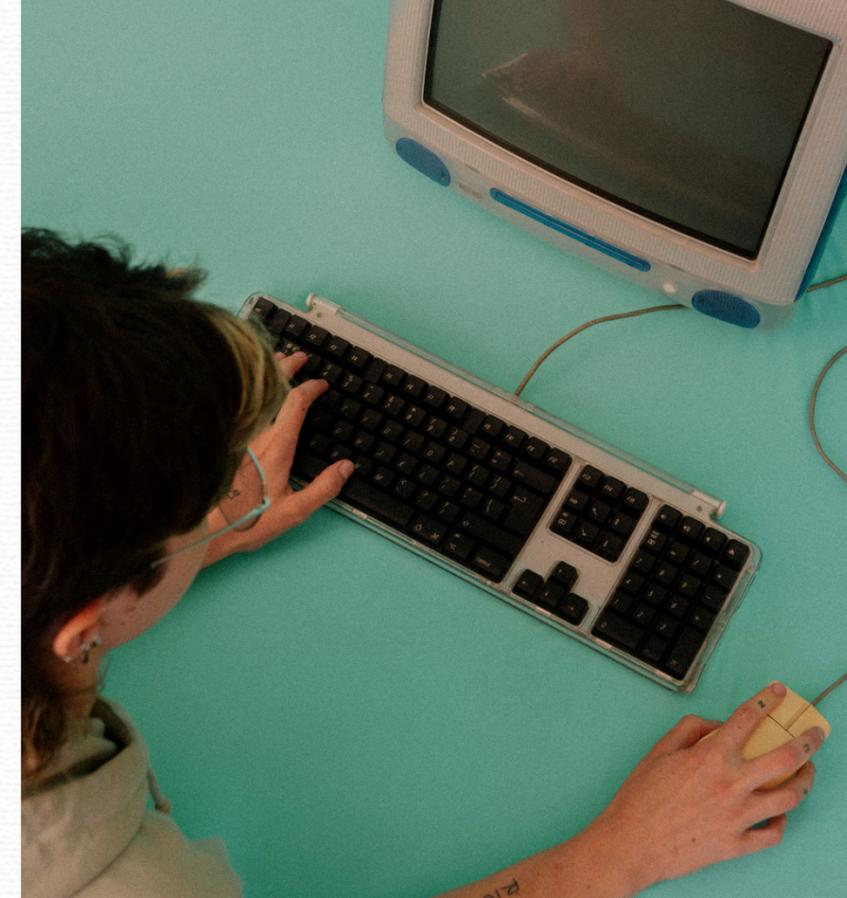
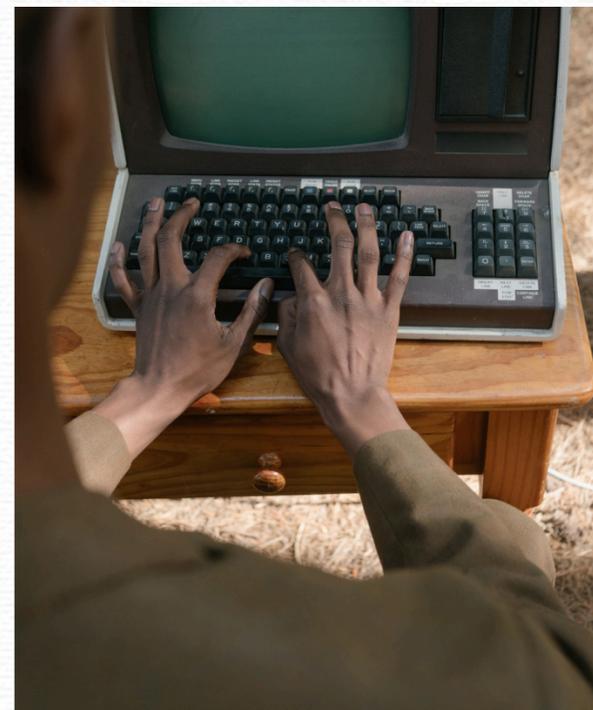
Bônus de resultado: até 2 salários-mínimos, exceto cargos estratégicos, que poderão receber 4. Fora do teto. Violação à isonomia (nem todos da ativa receberão), fere paridade e integralidade;

Atribui responsabilidade de resultados da governança aos servidores;

Insera a figura de “cargos estratégicos”;

Contrato temporário de 10 anos - Fim da estabilidade

Exposição do servidor às perseguições políticas e às pressões externas;



Meritocracia

Meritocracia surge como conceito para combater o pivi-
leggio (direito que não é partilhado por todos)-
aristocracia.

Michael Young (e reformistas do Partido Trabalhista
Inglês)- Estado de bem estar social.

-Mérito como critério para reconhecimento e
distribuição de premiações

The Rise of the Meritocracy, de 1958- , de Young
concluiu que tornaria a sociedade dividida

-Capital Reputacional- Atributos moralmente arbitrários

-Distorções no sistema educacional, no mercado de
trabalho, aumentando desigualdade.

-hiperqualificação das elites → merecida remuneração
e prestígio

'PEC traz cultura da meritocracia para a administração pública', diz relator

Em entrevista ao Viva Voz, o deputado federal Pedro Paulo detalhou os principais pontos do texto da reforma administrativa.

Por Redação

02/10/2025 19h19 · Atualizado há 4 dias



Eixo Fiscalista

Teto de gastos

Arcabouço Fiscal para estados e municípios.

Redução de direitos

Honorários AGU; Facilitação demissão, reestruturação mediante congelamento; 20 níveis- 50% de remuneração entrada, fim criação de outros incentivos

Poder do Tribunal de contas e Submissão do Judiciário

Aumento do controle de políticas-metas; incluir o Poder Judiciário no processo de ajustes orçamentários, ao calcular durante a sua decisão o impacto fiscal da medida. Além de alertar o judiciário das consequências fiscais de sua decisão, a contínua utilização desse processo obrigatório poderá dar maior previsibilidade a padronização dos custos, o que garante maior estabilidade nas contas públicas do ente.

Reestruturação das carreiras



Estamos só no início!
Vamos ao debate!



@LBS.ADVOGADOS